Editor: Marcelo Costa // email: jornalodia@jornalodia.com.br // Fale conosco: 86 2106.9924

Campelo Filho

Campelo@campelocampelo.com.br

Recebemos pressão da OAB, diz presidente do TJ-PI

Ao discutir a proposta orçamentária para 2015 no Estado do Piauí, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Raimundo Eufrásio, justificou a necessidade de um aumento de 21% no orçamento para 2016, diante de inúmeras cobranças da Ordem dos Advogados do Brasil, que empreende esforços por uma melhor prestação jurisdicional no Piauí.

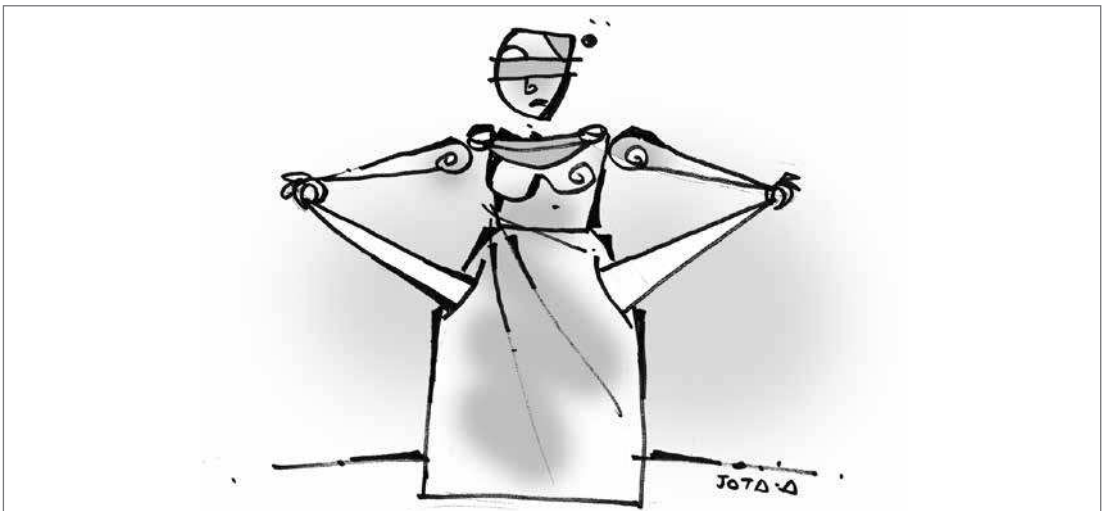
A proposta enviada governo do Estado para Assembleia Legislativa prevê um aumento de apenas 3,75% no orçamento dos poderes.

"Precisamos deste aumento para dar funcionalidade ao Tribunal, porque recebemos pressão da população e entidades constituídas como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). Toda hora eles chegam aqui dizendo que não tem juiz em determinado lugar. Nós temos 25 comarcas sem juízes e isso é muito grande para o universo de 95 comarcas existentes no Estado", justificou o presidente.

De acordo com o desembargador, o Piauí possui 25 comarcas sem juízes. Além disso, é necessário um total de R$ 13 milhões para a implantação de Parque Tecnológico para permitir a informatização e digitalização de todos os processos judiciais.

O que o governo do estado propôs está distante das necessidades do poder judiciário, mas é conversando que a gente pode chegar a um bom termo. A paz não se consegue a força, mas com conversa e compreensão. Tivemos esta conversa hoje, e como ainda estamos distantes do que queremos, precisamos de mais conversas", destacou o Raimundo Eufrásio Filho.

O governador Wellington Dias declarou que o governo está aberto a um aumento maior que 3,75%, mas só é possível estender até 7%.

Para o presidente da OAB-PI, Willian Guimarães, a proposta do governo está aquém da necessidade e o TJ-PI precisa de medidas urgentes para que atenda os interesses da sociedade piauiense. "A Justiça estadual presta serviço público relevante à população piauiense, e tem esbarrado em sérias dificuldades, que apenas com uma dotação orçamentária adequada poderão ser solucionadas. Atualmente, o Piauí possui 25 Comarcas sem magistrados de carreira, além da enorme carência de servidores, tanto para a capital quanto interior do Estado", afirmou a entidade em nota.

Em 2014, a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Piauí, de forma atuante, participou de todas as discussões sobre o projeto orçamentário para 2015, de autoria do deputado Antônio Felix, defendendo a melhoria no orçamento do Poder Judiciário, sob a condição de uma melhor estrutura e prestação de serviços do Tribunal e a realização de concurso público para contratação de novos servidores e magistrados. Fonte: OAB/PI.